

aprovados os Requerimentos nºs 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, e 93/89. Os
último foram aprovadas as Indicações nºs: 61, 62, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77,
78, 80 e 81/89. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra
a presente reunião em nome de Deus. E, para contar, mandou que se fo-
ran esta Ata que, depois de lida, rubricada e apreciada plamária, apre-
vada, será assinada para que produza os seus efeitos legais.

Assinatura
do Senhor Presidente

Ata da Décima Oitava Reunião
Ordinária, de Primeira Reunião
Ordinária, do ano de mil e nove
centos e oitenta e nove (1989),
no Pzoda no dia quatro de maio
do ano em curso.

No dezesseis horas do dia quatro de maio
do ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989), sob a presidên-
cia do Senador João dos Santos Mendes e, com a ocupação da pri-
meira e segunda secretarias pelos Senadores Wilmar Rodrigues de
Bacenda e Adilton Pinto de Andrade, reuniu-se extraordinariamente
a Câmara Municipal de Cabo de São Roque. Além disso, responderam a cha-
mada mensal os seguintes Senadores: Alex Rêgo de Siqueira,
Acyr Silva da Rocha, Benildo Neto, Carlos Roberto Silva, Carlos Roberto
Albuquerque dos Santos, Denham Jardim, Edêdo da Costa Gomes, Elanor da
Silva Correia Sant'Anna, Orlando da Silva Pereira, Osmar Sampaio da Sil-
va, José Oscar Elias, Joaquim Pacheco Silva, Wilmar Monteiro e Alfredo
Santos Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente decla-
rou aberta a presente reunião em nome de Deus. A seguir, foi lida e
aprovada a Ata da Décima Sétima Reunião Ordinária, realizada no
dia dois de maio do ano em curso. Logo após, o Senhor Presidente, deter-
minou a leitura do Expediente, que consistiu do seguinte: Requerimen-
to nº 96/89, de autoria do Senador Osmar Sampaio da Silva, solicita in-
formações quanto a situação de tratamento de Engenheiros de Pesca de Sa-
guem, Requerimento nº 99/89, de autoria do Senador Carlos Roberto Silva,
requer ao Senhor Prefeito Municipal, obediência ao Artigo 3º, parágrafo

primeiro da Constituição Federal, Capítulo VII e Requerimento nº 100/89 da Banca do Senador Waldemar Rodrigues de Vasconcelos, solicitando ao Senador do Bamerj, Senhor Cláudio Neves, com cópia ao Senhor José Américo dos Santos, Chefe do Serviço Auxiliar de Inamuito de Cabo Frio, que os cartões de identificação Banco, não recebiam o L.P.V.A, nem que comete o código de Município de Cabo Frio (078) Renomimada a Lei de Expediente, o Senhor Presidente, transportou os trabalhos no pagamento dedicado aos Trabalhadores Sindicatos. Ocupou a tribuna como primeiro orador imunito o Senador Wilson Menezes, iniciando sua fala, disse que registrava o seu protesto pelos acontecimentos da última reunião, quando da votação de Projeto de Lei de autoria do Senador Carlos Roberto do Queiroz dos Santos, dispondo sobre a criação da Tribuna Livre na Câmara Municipal. Disse que a violência de alguns pagamentos da comunidade, presente naquela reunião, o levaram a pedir por escrito ao Presidente, sobre as garantias que tinha como Senador para expressar democraticamente sua opinião. Disse ainda que elementos frustrados em campanha política, derrotados, não conseguindo se eleger para a Câmara, infiltrados em Associações de Bairros, covardemente agrediam como palavras aos Senadores, o que a repudiava, porque nobreza eram covardes e aproveitadores. Continuando, disse que não era contra a criação da Tribuna Livre, mas que o Projeto requeria aperfeiçoamentos, o que motivava a turbulência provocada por tais elementos. Ponderou que na Lei Orgânica Municipal, a ser elaborada a partir de outubro de 1989, obrigatoriamente haveria dispositivo criando a Tribuna Livre, o que entendia ser uma conquista democrática e que haveria de ser consolidada, mas com ordem e respeito, e não com anarquia. Destacou a legitimidade dos Presidentes de Associações de Bairros, em sua grande maioria, dedicados às suas comunidades e a solução de problemas, e que não era entendida por alguns, e que assim sendo, respeitava os direitos legítimos, mas não a políticos derrotados e ludibriamente, aos quais desvotava seu desprezo, e ainda, que as ameaças não calariam a voz da Câmara Municipal, dos Senadores que com responsabilidade exerciam o mandato conferido pelo povo. Registrou requerimento de sua autoria, a ser apreciada naquela reunião, dispondo sobre a criação de Bancos de Jornal no Jornal "O Iluminense", por estar completando 111 anos de fundação, falando a seguir sobre a importância do Jornal no contexto da ilha. Pro-

vência, destacando no texto da proposição: (lembra) "... levou a tena-
ridade a brevidade de todos aqueles que se dedicando a grande obra da
imprensa, proporcionaram ao Jornal "O Iluminamento", completo, honra-
digno, íntegro e independente. Finalizou afirmando - Se o Imprensa
independente Sembar Presidente, é que realizará a grandeza deste país.
A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos San-
tos iniciando sua fala, disse ter ouvido com muita alegria, o Vereador
Wilmor Monteiro afirmar que a Tribuna Livre deveria ser incluída na
Lei Orgânica do Município, entendendo apenas que o referido tal tiver
se votado pela inconstitucionalidade do Projeto de sua autoria, dispondo
sobre o mesmo tema, e que assim mesmo, mesmo mesmo a matéria con-
stitucional, duvidava que a mesma fosse incluída na Lei Orgânica do
Município de Cabo São, mas que de qualquer forma, teria seu voto fa-
vorável. Em aparte, disse o Vereador Wilmor Monteiro, que apenas a mo-
mento não era favorável para implantação da Tribuna Livre, mas tendo
dúvidas de que era o desejo de todas as Câmaras Municipais, não apenas
de Cabo São, em que houve aberto espaço para as Associações Comunitá-
rias, por que sobretudo era impenhoso de estado democrático, mas de mo-
derna, correta e equilibrada. Respondendo ao aparte, disse e crêdo enten-
der que pelas palavras do apresentante, o mesmo considerava a matéria
constitucional. Em novo aparte, disse o Vereador Wilmor Monteiro que
o Constituinte induzia a abertura de tal espaço, e que entendia o espírito
do Projeto do Vereador, e valendo-se de encaminhamento do Vereador
Acyri Silva da Rocha, disse que não concordava que o mesmo fosse votado
no momento, em tais circunstâncias, mas que na elaboração da Lei Or-
gânica do Município, não tinha dúvidas de que o legítimo desejo das Associa-
ções de Moradores, seria entendida por todos os Vereadores. Prosseguindo,
disse o orador que não apenas os Vereadores eram legítimos representa-
tes do povo, que também as Associações de Moradores, Sindicatos, Simpla-
nos, e que no ocasião os também representantes do povo na Câmara, ha-
viam negado a palavra aos outros representantes também do povo. Disse
que após vinte anos de fortunante ditadura, caminha-se justo o momento
de renovação, de revolta daqueles pessoas que após tanto tempo estavam
com a palavra entalado na garganta e mais uma vez impedidos de falar
como na ditadura. Disse ainda, que entendia por a democracia um ca-

mimbar constante para o seu fortalecimento, com diálogo, com harmonia, o que o levava a entender mais palavras de Senador Ulisses Azeiteiro quando o mesmo afirmava que os Senadores implantariam a Tribuna Livre através da Lei Orgânica, mas entendia ainda, que se o mesmo pudesse ser votada imediatamente, porque impedia o aceite do povo na Tribuna da Câmara. Recordando o dia 1º de maio, disse que a data fôra comemorada com tristeza, lembrando a destruição por bomba do monumento que homenageava os metalúrgicos mortos em Volta Redonda, por ocasião da greve, e ainda, que embora fosse obra de forças reacionárias, indagava o porque de Senador Carlos Roberto Silva afirmar que tinha sido obra do PT, e que talvez Senador até conhecesse os autores. Prosequindo, disse que no seu entendimento o atentado parecia como uma ameaça, deixando claro que a direita estava viva e organizada, impedindo que o povo levantasse a voz e que não tivesse eleições. Prosequindo, disse que o dia 1º de maio, por outros motivos realmente não poderia ser comemorado com alegria, com o trabalhador pagando com uma inflação brutal, de desemprego, massacrado pelo INPS e recebendo o iníquo salário mínimo de oitenta e quatro cruzados novos, menos os descontos do INPS e etc. Disse que em Cabo São, o quadro não fugia a regra, quando mil duzentos e tantos trabalhadores haviam sido demitidos pela Prefeitura, muitos sem culpa própria, mas por incompetência, má fé do Governo anterior. Debe que embora decreto do Prefeito, garantindo concurso para servidores não alcançados pela Lei Eleitoral, os mesmos continuavam sendo demitidos, que incoerentemente a Municipalidade demitia e contratava outros servidores sem concurso público, o que não entendia, mas confundido por documento oficial da Municipalidade recebido pelo Senador Ulisses Salazar Corrêa Sant'Anna, e que demitava não haver critério para as demissões. Prosequindo, disse que aceitava as demissões irregulares, mas não as demissões pelo simples fato de trabalhadores ter sido admitido pelo Governo anterior, o que caracterizava perseguição política, e mais, que nem mesmo as obrigações sociais estavam sendo pagas aos servidores demitidos. Abriu a seguir documentos, comprovando que professores demitidos não haviam ainda recebido o Fundo de Garantia. Recordando a questão das bonificações de ambulantes do Praia do Forte, disse que era a favor de que a atividade fosse disciplinada, face o perfil turístico do Município, mas não aceitava de forma alguma o maneio arbitrário como os mesmos haviam sido nomeados, em época em que o trabalhador trabalhava parrado por tantos di-

ficuldasen, e que os ambulantes estavam engajados em tal atividade pro-
 que procuravam a mãe por simples dilettantismo. Quanto as demolicões ocor-
 ridas no boteamento conhecido como Vila do Sol, disse que os lotes haviam
 sido doados em época eleitoral, para angariar votos, e jamais por objetivos
 social do governo anterior, porém, disse foram atingidos trabalhadores que
 não tinham onde morar, e se no local existissem apaniguados do Governo
 passado, com duas ou tres casas, o problema era outro, e mais, que mais
 uma vez a Prefeitura agiu sem critérios e sem responsabilidade, e que as fa-
 mílias prejudicadas, ao mesmo foram cuidadas cu tivessem a situação ex-
 tudada pelo Governo Municipal, que procurando a moralidade administra-
 tiva comitia um nem número de agressões, daí, mais um motivo de trista-
 za no dia 1º de maio. Em aparte, disse o Vereador Joní Dincar Elias, que
 mesmo sendo do P.L.U. tinha a coragem de afirmar que era contra demis-
 sões injustas, derrubadas de barracas, pois sobretudo era Vereador do povo
 de Cabo São e mãe do Prefeito Ivo Saldanha ou do P.L.U. Quanto a questão
 das barracas de ambulantes na Praia do Forte, disse que era o favor de
 disciplinamento, visto a proliferação da atividade, sem nenhum compromisso
 com a higiene e estética. Quanto a Vila do Sol, disse que também era
 contra a derrubada indiscriminada dos barracos, e que sobretudo deveria
 haver critério justo e humano. Proseguiu, disse o orador que embora
 o aparte, não conseguiu do líder de P.L.U. uma resposta quanto as questões
 levantadas, sentando então como integrante do Partido Socialista Brasi-
 leiro, peticitar na próxima reunião, um pedido de informações ao senhor Pro-
 feto quanto a Vila do Sol e as medidas adotadas pela Administração, da
 mesma forma como peticitaria uma resolução para os trabalhadores da praia,
 encerrando sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Carlos Roberto
 Silva, iniciando sua fala, disse que a exemplo de outros Vereadores, quando
 em campanha política, fora em busca de votos junto aos barraqueiros da
 Praia, onde tinha certeza fora bem aceita. votada, lembrando que em pri-
 cas suas, quando chegara a Cabo São, mesmo do interior de Minas, fora em
 busca de sustento, vendendo o seu salgadinho na Praia do Forte, mais tar-
 de sendo Barraqueiro na Praia do Peão, e que assim sendo vendia de pente e
 chama de tantos chefes de família, intranquilo ante a irresponsabilidade do Admi-
 nistração Municipal, removendo barracas de mansão agressiva e sem ne-
 nhum critério, o que era profundamente lamentável. Proseguiu, disse que

era visto como representante da classe empresarial do Município, sendo realmente um pequeno empresário, o que muitos esperavam que sua voz não fosse em defesa dos ambulantes, reafirmando aqui sua solidariedade e sua luta em favor da classe tão pobre, e que sobretudo estava ali para defender qualquer segmento da sociedade que fosse oprimido e injustiçado. Em aparte disse o Vereador José Oscar Elias, não admitir que o exador fizesse tais colocações, pois quando Chefe de Gabinete no Governo passada, afirmou que iria fazer uma limpeza na Praia. Prosseguindo, perguntou o exador se o aparteante tinha provas, registros, dan em cartório e recebendo resposta negativa, disse que não lhe bastava a palavra do líder do PFL, e mais, que os ambulantes conheciam o seu caráter e comportamento, enfatizando "fica o minha palavra contra a do líder do PFL, e mais que não me basta, por lhe saltar conteúdo. Adiante, disse que pela primeira vez se identificava com o Senador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, na medida em que ambos preconizavam providências que regulamentassem a atividade dos banhistas de praia, com melhores condições dignas de trabalho, sobretudo cadastramento dos ambulantes e que fossem privilegiados os que residissem no Município, com título de eletor de Cabo Frio. Falou a seguir de Requerimento de sua autoria, solicitando ao Senhor Prefeito, respeito a Constituição no capítulo em que proíbe a promoção pessoal e culto a personalidade, justificando pelo fato dos veículos de Prefeitura estarem sendo padronizados com a cor mara, e logotipo de campanha do Dr. Leo Soldamha, e mais, que as cores oficiais do Município eram o azul e branco. Sobre a Tribuna Livre, disse que via com simpatia a matéria, embora inicialmente fosse radicalmente contra, mas que graças a Deus tivera a felicidade de votar contra visto a manifestação agressiva dada por alguns integrantes de Associações de Bairros, na verdade infiltrados, mas com vínculos partidários comprovando que o único objetivo de tais elementos era bagunçar o trabalho da Câmara. Prosseguindo, disse que o direito que durante tanto tempo intranquilizara a Nação, fora realmente substituída por uma esquerda oportunista, que carregava bombas para colocar em Bancos. Quanto a distribuição de: destruição do Memorial de Volta Redonda, disse que apenas racionara com a pouca inteligência que tinha, ponderando que o direito não seria tão idiota de em cima de uma inauguração, num momento político em que a esquerda creencia um pouco, colocar bombas em memorial, em cidade onde operários eram reverenciados, e sim, houvesse um trabalho da esquerda para confundir a opinião pública tentando jogá-la contra a di-

xista. Adiante, disse que censurava o comportamento do Vereador Carlos
 Roberto Nogueira dos Santos, pois na última reunião permitira que mani-
 festantes, pennas ligadas a sua pessoa agredissem verbalmente os Vere-
 adores, o que era lamentável, preferindo ganhar mais alguns votos visando
 sua campanha para Prefeito Municipal e se posicionando contra a Casa.
 Disse ainda, que pelas agressões, pelo despreparo de alguns integrantes de
 Associações e pelo radicalismo do Vereador do P.S.B., não trabalhar contra
 a implantação da Tribuna Livre, através da Lei Orgânica Municipal, em-
 cerrando sua fala logo após, ocupou a tribuna o Vereador Genes Benvia
 de Siqueiredo, abordou notícia, acompanhada de foto de vereadores municipais
 quando o órgão veiculador, Jornal Aqui, dizia que "funcionários demitidos
 entregam documentos de baixo nível a Vereadores protestando contra a Ad-
 ministração Municipal. Ponderou o requer, que a matéria fugia a realidade
 dos fatos, mas, que no mesmo jornal, na mesma edição a jornalista Susi Pádua
 na, dando provas de sua independência, comentava que a manifestação dos
 vereadores, pacífica, esboçava a crise social que se espalhava pelo Município,
 que não tinha um mercado gerador de empregos a exemplo de outras cidades,
 como Curitiba e Petrópolis, e que as demissões de funcionários municipais
 era profundamente lamentável. Levou a matéria da jornalista Susi Pádua no
 íntegro. O requer, fez comentários sobre matéria publicada no Jornal "O
 Sate, segundo a qual os Vereadores Cayx Silva da Rocha e Genes Benvia de Si-
 queiredo eram os maiores opositores do Projeto de Resolução criando a Tribuna
 Livre na Câmara, afirmando que era realmente contrário ao Projeto naquela
 ocasião e duvidando que fosse favorável no futuro, na medida em que a Câ-
 mara tinha mecanismos legais que acionados, davam pleno direito dos Asso-
 ciados de Abogados, em outras manifestarem na Casa, ouvidos evidentemente
 a relevância do assunto a ser tratado. Lembrou o requer o triste acor-
 tadamente que fora o morte do líder rural Sebastião Bar, durante a sua
 gestão como Presidente e que a Casa fora colocada a disposição de todas as
 entidades, naquela comarca que envolvia todo o Município, quando mais uma
 vez a Câmara cumpria suas finalidades dentro de suas prerrogativas pelo
 que não via necessidade em se implantar uma Tribuna Livre na Casa. Pre-
 seguindo, disse que via com satisfação o P.S.B mudar o seu discurso na Casa,
 pois finalmente o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos manifestava
 sua solidariedade aos funcionários demitidos da Prefeitura e que já fizera

anteriormente outro integrante do PSB, o Senador Orlando do Sítio Pe-
rona. Em aparte, disse o Senador Carlos Roberto Maguiera dos Santos, que o
criador fazia tais comentários, porque habitualmente se ausentava do Plenário,
o que parecia ser um hábito, cu talvez fizesse tais afirmações mentinonamen-
te, esperando apenas que fosse pelo hábito de se ausentar quando sentia que
não tinha respeito para criticar, mas que por ideal estava sempre atento
aos problemas sociais do Município, nunca se omitindo na Câmara ou fora
dela, considerando quase o comportamento do criador Redouardo, disse o
criador que realmente o líder do PSB se omitia, não sendo a primeira vez
que teria criticas a respeito, por ser inclusive silencioso na questão das de-
monstrações. Ainda na questão das manifestações das Barracas da Praia, prejudican-
do centenas de famílias, fora o Senador Gires Brena de Siqueira quem fize-
ra um pronunciamento veemente, enquanto o Senador do PSB, inclusive
silenciava, como sempre. Diante, dirigiu apelo à Bancada de PFL, no sen-
tido de que fosse dada um basta na demissão em massa de servidores mu-
nicipais, dizendo fosse verdade notícia segundo as quais, cada Senador
da Bancada de PFL, havia recebido cinco vagas para readmissão, desde que
procurados pelos interessados, e que considerou benéfico embora a colocação
política, mas que sobretudo interessava dar um fim ao desemprego e a irre-
gularidade para centenas de famílias, com o Município se transformando em
um enorme muro de lamentações. Falou das administrações autorizadas pelo Prefeito
Plair Corrêa, que anos atrás em 1982 encontrava uma taxa de desemprego
das mais altas no país, e que em Cabo Itiro o quadro era igual, não sendo exi-
gentes quando a autoridade pública através de recursos que eram do povo mini-
mizava tal quadro, encerrando a região num falo. De imediato, ocupou a tri-
buna o Senador Valmir Rodrigues de Alcanda, iniciando sua fala, registrou
a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cabo Itiro, or-
ganismo que visava o fortalecimento das comunidades rurais, e que cuja
criação vinha sendo sabotada por aproveitadores da dengue alheia, e que não
queriam a sorte pendência dos lavradores. Saudou a coragem do Presidente
do Sindicato Rural, Senhor Cecílio, que de uma vez por todas afastou tais aple-
ventadores, mentores de uma política demora, do meio rural. Classificou como
interferência política demora, desapropriação levada a efeito pelo INCRA, hoje
MIRAD, em área de Campos Novos, com potencial agrícola imensurável, alocar-
da na área migrante da baixada fluminense e até de Itacai que nada entem-

demanda de lavoura estavam passando necessidade. Disse que não fazia parte do Conselho, por que queria estar atento para fiscalizar, como também ao Governo Municipal, afirmando que já dixeram pessoalmente sua opinião ao Prefeito, ao Presidente da Câmara, membro do Conselho e ao Secretário Municipal de Agricultura. Praxequimdo, supotcou total solidariedade dos Vereadores que votaram contra o Projeto da Tribuna Livre, embora tivesse sido favorável por ser ligado a Associações Comunitárias. Mas que não aceitava as hostilidades nascidas pelos Vereadores, tendo tomado conhecimento que pessoalmente a Câmara teria tentado cuspir no Vereador Carlos Roberto Silva e que estava sendo apurada, e que assim sendo registrou a seu maior momento repúdio aos que haviam tentado demeruir a Casa através de rixamentos e baderna. Quanto a quantia dos ambulantes, disse que ouvira muitas críticas, mas que em momento algum, ouvira uma sugestão, ou ao menos alguma indagação sobre a presença dos mesmos naquela reunião. Mas, enfatizou que sendo Vereador do P.E.U., que sustentava o Governo, procurara com independência e com coragem dialogar com aquelas pessoas. Disse e seguiu, que o Prefeito Ivo Saldanha não era responsável pela situação das barracas, e que assim sendo tinha a coragem de dizer que o mentor de tal terronismo era o Senhor Fernando Porto, integrante do Governo, e que tinha que ser punido por estar de cabeça cendo ordem do Prefeito Ivo Saldanha, que em momento algum autizgara tais homocês. Respondendo a aparte de Vereador Aisen Berra de Aguiar, disse que a função de Senhor Fernando Porto, não podia ser a de terronista, tal o denuncio dos seus atos contra os barraqueiros, que sequer informara o Projeto que estava sendo desenvolvido pelo governo para regularizar a quantia, mas também a necessidade de remoção de barracas, bastando que fosse respeitada a linha demarcatória, onde seriam colocadas as barracas padronizadas e com condições de higiene, após cadastramento. Praxequimdo, disse ainda da Bancada Governista, participava de reuniões do Secretariado, e que também em tais estava presente o seu espírito crítico e sua independência, e que por tais intervenções sua, uma cabeça já havia relado. Respondendo a aparte do Senhor Vereador Dilando da Silva Pessoa, disse que o mesmo era de um pseudo militar. Coronel Guimarães, o qual tinha entendendo nas indicações dos Secretários para composição dos escabeis imperiaes, e que ao ser perquirido pelo onades, negou tal procedimento, mas, o seguiu, entregara uma carta de demissão, não aceita pelo Prefeito Ivo Saldanha. Finalizou

sua fala, afirmando aos ambulantes presentes que o Prefeito Tvo Saldanha não
os prejudicaria, mas no tal momento não contaria com o apoio do Senador Wolmir
Rodrigues de Bacenda. Não havendo mais questões em aberto, o Senhor Presidente
trasmontou os trabalhos ao regimento dedicado à Ordem do Dia. Nesta etapa fo-
ram apreciadas as seguintes matérias: Foram aprovados os Requerimentos nºs
96.99 e 100.89. Encaminhado à Ordem do Dia, o Senhor Presidente trasmontou
os trabalhos ao regimento dedicado a Explicações Pessoais. Foi uma da mesma e se-
nador Joni Oscar Elias, iniciando sua fala registrou o trasmontou do dia 02
de maio, congnado aos ex-combatentes, falando do valor de tantos heróis que de-
fenderam a democracia na conflagração mundial no conflito bélico de 1939 à 1945,
iniciado com o chamado episódio de Danzig, quando Hitler ordenou a invasão
da Polónia, nas últimas horas de agosto de 1939, e que assim sendo era justo re-
verenciar e homenagear tantos brasileiros. Abordando a questão da Tribuna Livre,
disse que não era contra o Projeto, entando pronto para apoiar sua inclusão na
Lei Orgânica, mas devido a sua complexidade merecia um estudo mais profundo
por parte da Câmara. Com relação a demolição de barracos na Sítio do Sol, emba-
tizou que não era a favor de medidas arbitrárias, precezinando o bom senso, e di-
zendo como forma de se fortalecer o estado democrático e a prática da verdadeira jus-
ticia social, nem o maléfico dos politiqueros e aproveitadores da boa fé do povo. A se-
gunda fez uso da palavra o Senador Sélio do Costa Gomes, abordando a questão da
Tribuna Livre, disse que também era ligado a Associações de Moradores, tendo
oportunidade de colaborar com a fundação de diversas entidades, através de
profissionais especializados que orientavam os integrantes, o mais, que as asso-
ciações que tinham ajudado a funda. enam registradas devidamente em Cartório,
citando como exemplo a AMBULIOS e Associação de Moradores de Cem Brancas e de
Rosa entre outras. Disse que assim sendo se sentia porta-voz de tais entidades
na Câmara e que já tinha a oportunidade de apresentar diversas pro parções
sempre com orientação das Associações, e que assim sendo tinha conhecimento
de causa para votar na questão da Tribuna Livre, e que seu voto contrário já
era do conhecimento de tais Associações. Por conseguinte, disse que graças do res-
peito e da amizade de quase todos os doze mil habitantes do 3º Distrito, onde me
nava e que assim sendo tivera o disabor de aos 44 anos, euvin do terceira filha
do Plennie, um elemento que não conhecia, assim sendo vim condições de
julgar-lo, bradando em voz alta, "não todos camalhões, ladrões e patifões". Por conseguinte
disse que no dia seguinte, na Rádio Cabo São, comentava se que o Sena-

dor Sélis do Costa Gomes, fora muito agressivo com os representantes de
 Associações, enfatizando que apenas defendera sua moral, pois não conhecia
 o elemento que ofendera a Câmara, e que assim nemde não lhe cabia, aos 44 a-
 nos, gozando do respeito de todos em Cabo São, levar para sua família a consi-
 deração de um cidadão, que não conhecia, que não tinha como julgar. Por que na
 Rádio Cabo São tentaram também difamá-lo, disse que também deu ou a seu
 protesto, pois nunca os viu trabalhar em Associações de moradores, e que tais
 comentários haviam deixado sua família deprimida, ao ouvir seu nome res-
 sultava em tristeza, e que a feta deveria estar arquivada na Rádio para que os de-
 mais Vereadores pudessem tomar conhecimento da gravidade. Disse ainda
 que um determinado elemento que usava o programa do Senhor Cleber,
 atendido segundo lembrou, na Rádio, há muito mais de um ano, não conhecen-
 do sua condicão moral, mas que tinha dúvidas quanto a sua moral, enfati-
 zando que aos 44 anos jamais deixara dúvidas quanto ao seu caráter e inte-
 gridade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a pre-
 sente reunião em nome de Deus. E para concluir mandou que se fizessem
 nesta Ata que, depois de lida, submetida a apreciação plênaria, aprovada,
 será assinada, para que produza os seus efeitos legais.

Assinado:
 [Assinatura manuscrita]
 o presidente:

Ata da Décima Nona Reunião
 Ordinária do Primeiro Bricó
 Ordinário do ano de mil e nove-
 centos e oitenta e nove (1989)
 realizada no dia nove de maio
 do ano em curso.

Ao dezesseis horas do dia nove de maio do
 ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989), sob a presidência de le-
 neador Jânio dos Santos Mendes, e com a ocupação da primeira e segunda
 secretarias pelos Senadores Waldemar Rodrigues de Azevedo e Adalton Porto
 de Andrade, reuniram-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São. A
 lém desses, responderam a chamada nominal os seguintes Senadores:
 Acaçilva da Rocha, Anes Berra de Siqueiredo, Bemildo Costa, Carlos Roberto
 Noqueiro dos Santos, Carlos Roberto Silva, Dionício Jardim, Sélis do Costa Gomes